

GADOTTI, Moacir. “A dialética: concepção e método” in: **Concepção Dialética da Educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990. Pp. 15-38.

p. 15

Origens da dialética

Na Grécia Antiga, a palavra "dialética" expressava um modo específico de argumentar que consistia em descobrir as contradições contidas no raciocínio do adversário (análise), negando, assim, a validade de sua argumentação e superando-a por outra (síntese). Sócrates foi considerado o maior dialético da Grécia. Utilizando-se da dúvida sistemática, procedendo por análises e sínteses, elucidava os termos das questões em disputa, fazendo nascer a verdade como um parto no qual ele (o mestre) era apenas um instigador, um provocador e o discípulo o verdadeiro descobridor e criador.

Mas a dialética é anterior a Sócrates.

Lao Tsé, autor do célebre livro Tao tö King (o livro do Tao/ conhecimento), que viveu sete séculos antes de Cristo, é considerado o “autor” da dialética, não porque tenha elaborado suas leis, mas por tê-las incorporado à sua doutrina, ou melhor, por tê-la fundado no princípio mesmo da dialética que é a contradição. No sentido que chegou até nossos dias, como lógica da natureza, dos homens, do conhecimento e da sociedade, ela se iniciou com Zenão de Eléia. Zenão ficou conhecido por seus inúmeros paradoxos e por considerar a dialética como uma “filosofia da aparência”.

Outro filósofo pré-socrático que está na origem da dialética é Heráclito de Éfeso. Para ele a realidade é um constante devir, onde prevalece a luta dos opostos: frio-calor, vida-morte, bem-mal,

p. 16

saúde-doença, etc. Um se transformando no outro. Tudo muda tão rapidamente, dizia ele, que não é possível banhar-se duas vezes no mesmo rio: na segunda vez o rio não será mais o mesmo e nós mesmos já teremos também mudado.

Ao contrário de Heráclito, Parmênides de Eléia sustentava que o movimento era uma ilusão e que tudo era imutável.

Como vemos, a questão que deu origem à dialética é a explicação do movimento, da transformação das coisas. Na visão metafísica do mundo, à qual a dialética se opõe, o universo se apresenta como “um aglomerado de 'coisas' ou 'entidades' distintas, embora relacionadas entre si, detentoras cada qual de uma individualidade própria e exclusiva que independe das demais 'coisas' ou 'entidades'” (Prado Jr., 1963:10). A dialética considera todas as coisas em movimento; relacionadas umas com as outras.

Para Platão a dialética era um método de ascensão ao Inteligível, método de dedução racional das idéias. Esse duplo movimento do método dialético permitia, primeiro, passar da multiplicidade para a unidade e, segundo, discriminar as idéias entre si, não confundí-las. Para ele a dialética era uma técnica de pesquisa que se aplicava mediante a colaboração de duas ou mais pessoas, procedendo por perguntas e respostas. O conhecimento deveria nascer desse encontro, da reflexão coletiva, da disputa e não do isolamento. Esse processo teria dois momentos: o primeiro consistiria em reunir sob uma única idéia as coisas dispersas, tornando-

as claras e comunicáveis; o segundo momento consistiria em dividir novamente a idéia em suas partes.

Para Aristóteles, a quem Marx chama de “o maior pensador da Antiguidade” (1972, vol. I:465), a dialética era apenas auxiliar da filosofia. Ele a reduzia à atividade crítica. Não era, portanto, um método para se chegar à verdade; era apenas uma aparência da filosofia, uma “lógica do provável”. Para ele o método dialético não conduz ao conhecimento, mas à disputa, à probabilidade, à opinião.

Aristóteles conseguiu conciliar Heráclito e Parmênides com sua teoria sobre o ato e a potência: as mudanças existem, mas são apenas atualizações de potencialidades que já preexistiam mas que ainda não tinham desabrochado. O educando seria

p. 17

potencialmente educado. A educação do homem seria o processo mediante o qual o homem desabrocha todas as suas potencialidades.

No terceiro século depois de Cristo, com o ressurgimento do platonismo, ressurge também o debate em torno da dialética. Plotino a considera uma parte da filosofia e não apenas um método. Mas o sentido da dialética enquanto método predominou na Idade Média, constituindo-se, ao lado da retórica e da gramática, como uma “arte liberal”, a maneira de discernir o verdadeiro do falso.

A filosofia “oficial”, escrava da teologia, não demorou a condenar a dialética por desconhecer a onipotência divina, comparando-a, pejorativamente, à sofística. Segundo Leandro Konder “a concepção metafísica prevaleceu, ao longo da história, porque correspondia, nas sociedades divididas em classes, aos interesses das classes dominantes, sempre preocupadas em organizar duradouramente o que já está funcionando, sempre interessadas em 'amarrar' bem tanto os valores e conceitos, como as instituições existentes, para impedir que os homens cedam à tentação de querer mudar o regime social vigente” (1981:19).

No início da Idade Moderna a dialética foi julgada inútil, na medida em que se considerava que Aristóteles já havia dito tudo sobre a lógica e nada havia a se acrescentar. A dialética limitar-se-ia ao silogismo, uma lógica das aparências. Assim pensavam Descartes e Kant. Apesar disso, a concepção do método dialético avança com a exposição feita por Descartes em seu Discurso do Método, propondo regras para a análise, para atingir cada elemento do objeto ou fenômeno estudado e a síntese ou reconstituição do conjunto. Como veremos, Marx sugere também, em seu método dialético, proceder por análise e síntese, propondo um “método de pesquisa” e um “método de exposição”.

A concepção dialética da história, oposta à concepção metafísica da Idade Média, começa a criar forma com o filósofo social e pedagogo suíço Jean-Jacques Rousseau. Para Rousseau, todas as pessoas nascem livres e só uma organização democrática da sociedade levará os indivíduos a se desenvolverem plenamente. O indivíduo é condicionado pela sociedade. Mas é só a partir de Hegel que a dialética retorna como tema central da filosofia e

p. 18

como filosofia. Ele a concebeu como uma “aplicação científica da conformidade às leis, inerentes à natureza e ao pensamento, a via natural própria das determinações do conhecimento, das coisas e, de uma maneira geral, de tudo que é finito” (Lalande, 1960:227). A dialética, segundo ele, é o momento negativo de toda realidade, aquilo que tem a possibilidade de não ser, de negar-se a si mesma. Entretanto, para Hegel a razão não é apenas o entendimento da realidade como queria Kant, mas a própria realidade: “o racional é real e o real é racional”. A idéia, a razão, é o próprio mundo que evolui, muda, progride, é a história. Portanto, a história universal é ao mesmo tempo domínio do mutável e manifestação da razão.

Assim, Hegel chega ao real, ao concreto, partindo do abstrato: a razão domina o mundo e tem por função a unificação, a conciliação, a manutenção da ordem do todo. Essa

razão é dialética, isto é, procede por unidade e oposição de contrários. Hegel retoma, assim, o conceito de “unidade dos contrários” como pensava Heráclito.

Hegel concebe o processo racional como um processo dialético no qual a contradição não é considerada como “ilógica”, paradoxal, mas como o verdadeiro motor do pensamento, ao mesmo tempo que é o motor da história, já que a história não é senão o pensamento que se realiza. O pensamento não é mais estático, mas procede por contradições superadas, da tese (afirmação) à antítese (negação) e daí à síntese (conciliação). Uma proposição (tese) não existe sem oposição a outra proposição (antítese). A primeira proposição será modificada nesse processo de oposição e surgirá uma nova. A antítese está contida na própria tese que é, por isso, contraditória. A conciliação existente na síntese é provisória na medida em que ela própria se transforma numa nova tese.

Com Ludwig Feuerbach, a dialética ganha um novo defensor. Para Feuerbach o homem projeta no céu o sonho de justiça que não consegue realizar na terra: “o homem pobre possui um Deus rico”. Desse modo, Deus não é senão uma projeção imaginária do homem que se encontra despojado de algo que lhe pertence, *alienando-se*. Portanto, negar a existência de Deus é afirmar-se como homem.

p.19

A dialética materialista

Mas é apenas com Marx e Engels que a dialética adquire um status filosófico (o materialismo dialético) e científico (o materialismo histórico).

Marx substitui o idealismo de Hegel por um realismo materialista: “na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência” (1977, vol. I:301). A dialética de Hegel fechava-se no mundo do espírito, e Marx a inverte, colocando-a na terra, na matéria. Para ele, a dialética explica a evolução da matéria, da natureza e do próprio homem; é a ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano. Essa origem hegeliana do pensamento marxista é reconhecida pelo próprio Lênin que afirmou nos Cadernos Filosóficos (1973:170) não se poder compreender O Capital sem ter antes estudado e compreendido toda a Lógica de Hegel.

Para Marx e Engels os princípios da dialética hegeliana são “puras leis do pensamento”. “Era preciso evitar, afirma Leandro Konder, que a dialética da história humana fosse analisada como se não tivesse absolutamente nada a ver com a natureza, como se o homem não tivesse uma dimensão irredutivelmente natural e não tivesse começado sua trajetória na natureza” (1981:57).

A dialética em Marx não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem-mundo.

Marx não parte, como fizeram os filósofos idealistas, de um esquema conceitual, teoricamente construído, procurando identifi-

p. 20

car a “essência”. Também não toma como ponto de partida os fenômenos isolados em si, como o faziam os empiricistas. Marx critica essas duas posições e percorre um caminho novo.

Isso é particularmente demonstrado em *O Capital*. Aí Marx preocupava-se em entender o processo de formação histórica do modo de produção capitalista, não como se fosse uma forma acabada de relação homem-sociedade, mas como um **fieri**, um sendo. Para ele não existem fatos em si, como quer fazer crer o empiricismo, que se deixariam examinar de maneira neutra, desligados do processo histórico-econômico, psicológico e político do homem. Não é a consciência humana, como sustenta o idealismo, nem a pura realidade, como sustenta o empiricismo, mas é o próprio homem que figura como ser produzindo-se a si mesmo, pela sua própria atividade, “pelo modo de produção da vida material”. A condição para que o homem se torne homem (porque ele não é, ele se torna) é o trabalho, a construção da sua história. A mediação entre ele e o mundo é a atividade material. “Para Hegel, diz Marx, o processo de pensamento que ele transforma em sujeito autônomo, sob o nome de idéia, é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (1972, vol. 1:16).

O que distingue Marx e Hegel, neste ponto, é a explicação do movimento. Ambos sustentam a tese de que o movimento se dá pela oposição dos contrários, isto é, pela contradição. Mas, enquanto Hegel localiza o movimento contraditório na Lógica, Marx o localiza no seio da própria coisa, de todas as coisas, e em íntima interação com elas. Mao Tse Tung resume assim o pensamento de Marx a esse respeito: “a concepção materialista-dialética entende que, no estudo do desenvolvimento de um fenômeno deve partir-se do seu conteúdo interno, das suas relações com os outros fenômenos, quer dizer, deve-se considerar o desenvolvimento dos fenômenos como sendo o seu movimento próprio, necessário, interno, encontrando-se, aliás, cada fenômeno no seu movimento, em ligação e interação com outros fenômenos que o rodeiam. A causa fundamental do desenvolvimento dos fenômenos não é externa, mas interna; ela reside no contraditório do interior dos próprios fenômenos. No interior de todo fenômeno há contradições, daí o seu movimento e desenvolvimento” (1979:32).

p.21

Não se trata, portanto, de saber apenas como se passa a dialética do conhecimento e muito menos de reduzir a dialética da natureza ao puro conhecimento, como fazia Hegel. Para ele o mundo não passava de uma sucessão de idéias. Hegel imagina que construía o mundo “por mediação do movimento do pensamento, mas na realidade não faz mais que reconstruir sistematicamente, e dispor com relação a seu método absoluto, os pensamentos que se aninham na cabeça de todos os homens” (Marx, 1965:104).

Marx, com isso, não chega a negar o valor e a necessidade da subjetividade no conhecimento. O mundo é sempre uma “visão” do mundo para o homem, o mundo refletido. Mas ele não tem uma existência apenas na Idéia. Sua existência é real, material, independente do conhecimento deste ou daquele homem. A dialética não é um movimento espiritual que se opera no interior do entendimento humano. Existe uma determinação recíproca entre as idéias da mente humana e as condições reais de sua existência: “o essencial é que a análise dialética compreenda a maneira pela qual se relacionam, encadeiam e determinam reciprocamente, as condições de existência social e as distintas modalidades de consciência. Não se trata de conferir autonomia a uma ou outra dimensão da realidade social. É evidente que as modalidades de consciência fazem parte das condições de existência social” (Marx, 1979:23).

Marx não coloca apenas de “cabeça para cima”¹ a lógica hegeliana. Ele a inova profundamente, comprovando a sua veracidade, aplicando-a à realidade social, econômica e política. Como diz Henri Lefèbvre, “o método marxista insiste, muito mais claramente do que as metodologias anteriores, num fato essencial: a realidade a atingir pela análise, a reconstituir

¹ Como ele próprio afirma em *O capital* (p. 17), “em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico”.

pela exposição (síntese), é sempre uma realidade em movimento” (1974: 36). A dialética considera cada objeto com suas características próprias, o seu devir, as suas contradições. Para a dialética não existem, portanto, “regras universais” *more mathematico*, como queria Descar-

p.22

tes², que nos garantam que, após a sua aplicação, "obteremos" "trabalhos dialéticos"³.

Do ponto de vista marxista, como é apresentado por George Politzer (1970) a dialética focaliza “as coisas e suas imagens conceituais em suas conexões, em seu encadeamento, em sua dinâmica, em seu processo de gênese e envelhecimento” (Engels, 1980:58); observa as coisas e os fenômenos não de maneira estática, mas no seu movimento contínuo, na luta de seus contrários.

O *materialismo dialético* não considera a matéria e o pensamento como princípios isolados, sem ligações, mas com aspectos de uma mesma natureza que é indivisível e que “se exprime sob duas formas diferentes: uma material e outra ideal; a vida social, una e indivisível, também se exprime sob duas formas diferentes, uma material e outra ideal; eis como devemos considerar o desenvolvimento da natureza e da vida social” (Stalin apud Politzer, 1970:188). O materialismo dialético considera a forma das idéias tão concreta quanto a forma da natureza.

O materialismo dialético tem um duplo objetivo: 1) como dialética, estuda as leis mais gerais do universo, leis comuns de todos os aspectos da realidade, desde a natureza física até o pensamento, passando pela natureza viva e pela sociedade. 2) como materialismo, é uma concepção científica que pressupõe que o mundo é uma realidade material (natureza e sociedade), onde o homem está presente e pode conhecê-la e transformá-la.

p.23

Enquanto as ciências têm por objetivo um aspecto limitado do real, o materialismo dialético tem por objetivo a concepção do mundo no seu conjunto. Entretanto, o materialismo dialético não se separa da ciência, pois é graças a ela que ele pode desenvolver-se e superar-se.

Como concepção dialética, o marxismo não separa em nenhum momento a teoria (conhecimento) da prática (ação), e afirma que “a teoria não é um dogma mas um guia para a ação” (Politzer, 1970:23). A prática é o critério de verdade da teoria, pois o conhecimento parte da prática e a ela volta dialeticamente. Marx assim se exprime na II Tese sobre Feuerbach: “A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade do pensamento isolado da práxis é uma questão puramente escolástica” (Marx & Engels, 1977b:12).

Considerando as coisas e os fenômenos em uma unidade de contrários, num encadeamento de relações, de modificações e de movimento contínuo, a dialética opõe-se à

² Regras para a direção do espírito, Lisboa, Ed. Estampa. 1971. As *Regulae ad directionem ingenii* constituem o primeiro texto de Descartes, mas que não chegou a concluir. As regras são vinte e uma. Seu autor tinha se proposto a apresentar trinta e seis: 12 sobre as “proposições simples”, 12 sobre as “questões perfeitamente compreendidas” e 12 sobre as “questões imperfeitamente compreendidas”.

³ É esse o primeiro grande equívoco que leva muitos nos nossos atuais jovens pesquisadores, notadamente quando apresentam suas teses de Mestrado ou Doutorado, a anunciarem na Introdução que irão “aplicar” o método dialético e, depois, tratarem o seu tema de dissertação de maneira formal e metafísica. Isso porque não chegaram a assimilar os fundamentos materialistas do método dialético, quando não os negam inteiramente no desenvolvimento de seus trabalhos. Isso é devido a uma formação ainda hegeliana de nossos estudantes e de nossos professores também. Muitas vezes, não chega nem a ser hegeliana. Toda a sua pesquisa guia-se pela lógica aristotélica da não-contradição, que é a lógica do mundo estático.

metafísica. A dialética admite o repouso e a separação entre os diversos aspectos do real como relativos. Só o movimento é absoluto, pois é constante em todo processo.

Partindo do elemento mais simples do sistema de produção que é a mercadoria, Marx chega a formular postulados gerais sobre a dialética do homem e da natureza cumprindo seu propósito de “refletir sobre as formas de vida humana” (1972, vol. 1:84). Entretanto, como observa Kosik, “a estrutura de O Capital não é uma estrutura de categorias lógicas a que sejam submetidas a realidade investigada e a sua elaboração; a realidade cientificamente analisada é que é adequadamente expressa na 'articulação dialética', conduzida e realizável em uma determinada estrutura lógica correspondente” (1969:162). Percorrendo as contradições do sistema capitalista de produção, surgem em seu longo texto as categorias que formam o arcabouço de seu método, categorias estas compreendidas como unidade e identidade dos contrários, exemplificadas exaustivamente: o simples *versus* o complexo, o homogêneo

p. 24

versus o heterogêneo; o concreto *versus* o abstrato, o quantitativo *versus* o qualitativo, a forma *versus* o conteúdo, a essência *versus* o fenômeno, o particular *versus* o geral, o individual *versus* o social, a necessidade e a causalidade, a necessidade e a liberdade, a possibilidade e a realidade, etc.

Em Marx essas categorias não são reduzidas à “leis” fixas do pensamento, mas constituem-se em elementos fundamentais da explicação da transformação das coisas.

Já Engels, em *A dialética da natureza* (1976), formulou três leis gerais da dialética: 1) lei da conversão da quantidade em qualidade e vice-versa; 2) lei da interpenetração dos opostos (lei da unidade e da luta dos contrários); 3) lei da negação da negação.

A primeira significa que na natureza as variações qualitativas podem ser obtidas somente acrescentando-se ou tirando-se matéria ou movimento por meio de variações quantitativas. A segunda garante a unidade e a continuidade da mudança incessante na natureza e nos fenômenos. A terceira garante que cada síntese é por sua vez a tese de uma nova antítese reproduzindo indefinidamente o processo.

Extraindo exemplos das ciências da natureza, Engels procurou demonstrar essas leis gerais. Todavia, as críticas a essas “classificações” não tardaram, visto que tentavam reduzir uma filosofia da mudança a códigos fixos. Teria sido Engels traído pelo esquema idealista de Hegel ou caído nas armadilhas do positivismo científico? Seja como for, mais do que leis, alguns princípios gerais ou características da Dialética são hoje aceitas como ponto de partida por muitos autores que depois de Marx e Engels empreenderam a difícil tarefa de explicitar o que neles estava apenas de forma embrionária (Cleptulin, 1982).

Princípios (ou "leis") da dialética

1) Tudo se relaciona (princípio da totalidade)

Para a dialética a natureza se apresenta como um todo coerente onde objetos e fenômenos são ligados entre si, condicionando-se reciprocamente. O método dialético leva em conta essa ação recíproca e examina os objetos e fenômenos buscando

p. 25

entendê-los numa totalidade concreta. “A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes” (Kosik, 1969:42).

O pressuposto básico da dialética é que o sentido das coisas não está na consideração de sua individualidade mas na sua totalidade que é, segundo Kosik, “em primeiro lugar a resposta à pergunta: que é a realidade?” (idem:34). É o que Engels chama de “lei da interpenetração dos opostos”, onde tudo tem a ver com tudo, lei da interação ou conexão universal, “lei da ação recíproca da conexão universal” como é chamada por Politzer (1970:35). Engels incluía nesta lei a unidade e luta dos contrários. “Nada é isolado. Isolar um fato, um fenômeno e depois conservá-lo pelo entendimento neste isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo. É imobilizá-lo artificialmente, matá-lo. É transformar a natureza - através do entendimento metafísico - num acúmulo de objetos exteriores uns aos outros, num caos de fenômenos” (Lefèbvre, 1975:238).

2) **Tudo se transforma** (princípio do movimento)

A dialética considera todas as coisas em seu devir. O movimento é uma qualidade inerente a todas as coisas. A natureza, a sociedade não são entidades acabadas, mas em contínua transformação, jamais estabelecidos definitivamente, sempre inacabadas. A causa dessa transformação é a luta interna: “a dialética não pode entender a totalidade como um todo já feito e formalizado” (Kosik, 1969: 49). É o que Engels chama de “lei da negação da negação” e que Politzer chama de “lei da transformação universal e do desenvolvimento incessante”, também chamada de “lei da negação ou ultrapassagem”. É a lei do movimento universal. Como observa Leandro Konder, essa lei “dá conta do fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações. A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém a negação não prevalece

p. 26

como tal: tanto a afirmação como a negação são superadas e o que acaba por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação” (1981: 59). A vida produz a morte, o calor só pode ser entendido em função do frio, do velho nasce o novo.

3) **Mudança qualitativa** (princípio da mudança qualitativa)

A transformação das coisas não se realiza num processo circular de eterna repetição, uma repetição do velho. Como é gerado o novo? Esta mudança qualitativa dá-se pelo acúmulo de elementos quantitativos que num dado momento produzem o qualitativamente novo. “O exemplo clássico é o da água: quando está ao lume a temperatura eleva-se progressivamente, elevação que constitui uma variação quantitativa; mas vem o momento em que, permanecendo a temperatura constante, se produz um fenômeno qualitativamente diferente, o da ebulição” (Foulquié, 1974: 62). É o que Engels chama de “lei da conversão da quantidade em qualidade e vice-versa” ou, segundo outros, de “lei dos saltos”. A partir de certo “limiar” dá-se a passagem da quantidade para a qualidade. Gradativamente uma pequena aldeia poderá transformar-se numa grande cidade.

4) **Unidade e luta dos contrários** (princípio da contradição)

A transformação das coisas só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas tendendo simultaneamente à unidade e à oposição. É o que se chama de

contradição, que é universal, inerente a todas as coisas materiais e espirituais. A contradição é a essência ou a lei fundamental da dialética.

É nesta quarta característica ou “lei” que se detiveram os pesquisadores da dialética no Século XX, desenvolvendo o que Engels havia apenas iniciado. Os elementos contraditórios coexistem numa realidade estruturada, um não podendo existir sem o outro, a burguesia e o proletariado, por exemplo. A existência dos contrários não é um absurdo lógico, ela se funda no real.

Esses princípios (ou leis) podem ser aplicados tanto à matéria, como à sociedade humana e aos nossos próprios conhecimentos. Por isso a Dialética poderia ser subdividida em “três níveis”, como mostra Ernest Mandel (1978:116):

p. 27

1) a **Dialética da natureza**, “inteiramente objetiva, ou seja, independente da existência de projetos, de intenções ou de motivações do homem, que não age *diretamente* sobre a história humana”;

2) a **Dialética da história**, “largamente objetiva à partida, mas na qual a irrupção do projeto do proletariado para reconstruir a sociedade, segundo um programa pré-estabelecido, constitui uma viagem revolucionária, mesmo quando a elaboração e a realização desse projeto estão ligadas a condições materiais, objetivas, pré-existentes e independentes da vontade dos homens”;

3) a **Dialética do conhecimento**, “que é uma dialética sujeito-objeto, o resultado de uma interação constante entre os objetos a conhecer e a ação dos sujeitos que procuram compreendê-los”.

Lógica formal e lógica dialética

Que consequências traria a dialética para a lógica, isto é, para a estrutura e funcionamento dos processos mentais?

Essa questão parece ter gerado erros grosseiros na própria história do marxismo, verdadeiros desvios “esquerdistas”, notadamente sob o stalinismo, que tentou traçar mecanicamente um corte epistemológico entre o que chama de “ciência burguesa” e “ciência proletária” e entre a **lógica formal** e a **lógica dialética**.

Evidentemente, é preciso reconhecer com o eminente filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto, que “a lógica formal é a lógica da metafísica, assim como a lógica dialética é a lógica da dialética” (1969:72), e é a partir disso que podemos compreender tanto a distinção quanto a complementaridade das duas lógicas.

O princípio que as distingue fundamentalmente é a contradição. Enquanto a lógica dialética parte do princípio (ou lei) da contradição, a lógica formal parte do seu oposto, isto é, da lei da não-contradição. Isso porque a primeira concebe os objetos e fenômenos em movimento e a segunda concebe os objetos e fenômenos estaticamente.

Para a lógica dialética, partindo desse princípio, decorre que tudo está em movimento, que todo movimento é causado por elementos contraditórios coexistindo numa totalidade estruturada.

p. 28

Partindo do princípio de que as coisas e fenômenos são estáticos, uma coisa permanece sempre igual a si mesma (lei da identidade), uma coisa não pode ser igual a outra (lei da não-contradição) e, ou é uma coisa ou é outra (lei do terceiro excluído). Essa lógica é

certamente válida e verdadeira se, metodologicamente, colocarmos entre parêntesis o movimento, se estudar-mos os fenômenos de maneira inteiramente isolada. “Se aprofundada, a lógica formal não proíbe o pensamento dialético. Ao contrário: mostra a possibilidade dele, abre-se para a sua exigência, sua espera, seu trajeto; ‘funda’ a necessidade desse pensamento. A lógica formal remete à dialética, pela mediação da lógica dialética. Depois, esse movimento se inverte, e a lógica formal aparece apenas como redução do conteúdo, abstração elaborada, elemento neutro (vazio, transparente) de toda investigação” (Lefèbvre, 1975:24).

A lógica formal revela-se, portanto, capaz de classificar, de distinguir os objetos, mas é insuficiente para entender esses mesmos objetos em seu movimento real e incessante. Por isso a dialética não recusa a lógica formal, ela a inclui como parte fundamental da lógica. “A contradição dialética é uma inclusão (plena, concreta) dos contraditórios um no outro e, ao mesmo tempo, uma exclusão ativa. E o método dialético não se contenta em dizer que existem contradições, pois a sofística, o ecletismo ou o ceticismo são capazes de dizer o mesmo. O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera” (idem:238).

A contradição: essência da dialética

Marx e Engels, aplicando a lei da contradição das coisas ao estudo da história social, demonstraram a contradição existente entre as forças produtivas e as relações de produção, a contradição entre as classes exploradoras e as classes exploradas, a contradição entre a base econômica e a superestrutura, a política e a ideologia, e como essas contradições conduzem inevitavelmente às diferentes revoluções sociais em diferentes sociedades de classe. “Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão

p. 29

a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela” (Marx & Engels, 1977, vol. 1:301).

Quando Marx aplicou esta lei no estudo da estrutura, econômica da sociedade capitalista, demonstrou que a contradição básica desta sociedade é a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade, em outras palavras, a contradição principal da sociedade capitalista é a existência de duas classes: o proletariado trabalhador e a burguesia improdutiva.

Além desse caráter geral da contradição, a sua universalidade e a existência de uma contradição principal, existem no interior de cada etapa do processo de desenvolvimento de cada coisa ou fenômeno contradições específicas ou particulares.

Como assinala Mao Tse Tung em seu estudo Sobre a Contradição (1979:30ss), para fazer aparecer a essência de cada processo é preciso fazer aparecer o caráter específico dos dois aspectos de cada uma das contradições deste processo, e o aspecto principal e o aspecto secundário de cada contradição, verificar a ação recíproca dos pólos opostos da contradição e a ação do conjunto das contradições que envolvem cada fenômeno ou coisa.

Em cada processo de desenvolvimento de um fenômeno ou coisa existe sempre uma contradição que é a principal, cuja existência determina a existência de outras. E na contradição principal existe um aspecto que é o principal e outro que é necessariamente secundário. O principal é o que representa o papel dominante na contradição.

Pela própria dinâmica das contradições existentes em cada fenômeno ou coisa, cada um dos dois aspectos contraditórios tende a se transformar em seu contrário, dentro de determinadas condições. Por exemplo, o dominado passa a ser dominador. Para Lênin, “a unidade (coincidência, identidade, equivalência) dos opostos é condicional, temporal, transitória, relativa. A luta

p. 30

dos opostos que se excluem mutuamente é absoluta, como o desenvolvimento e o movimento” (1973:344).

Na passagem de um aspecto dominante para outro, a contradição poderá apresentar-se sob a forma de antagonismo. No dizer de Lênin, “o antagonismo e a contradição não são a mesma coisa. No socialismo, o primeiro desaparecerá, a segunda continuará” (apud Mao Tse Tung, 1979:70).

O método dialético

Essas leis ou princípios da dialética não surgiram *a priori*: são fruto de um lento amadurecimento e do próprio desenvolvimento das ciências modernas. Em Marx surgem após uma análise exaustiva do modo de produção capitalista, consequência de uma “análise científica” (1972: 84) como ele próprio afirma. Só depois de concluído o trabalho é que Marx pôde evidenciar essas categorias e mostrar o caminho (método) que ele percorreu, pôde anunciar, manifestar o seu método “natural”, concreto, não abstrato.

Seu total desprezo pelo método formal, acadêmico, pelas “teorias gerais” do método, revela-se ao não anunciar no seu prefácio da primeira edição alemã (1867) de *O capital* o tratamento que iria dar ao tema do “processo de produção do capital”. Apenas no posfácio da segunda edição alemã (1873), depois de ter sido chamado por alguns críticos “comtistas” de “o maior filósofo idealista”, é que apresenta sucintamente o fundamento materialista do seu método: “É mister, diz ele, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori” (idem:16).

Marx distingue formalmente “método de exposição” de “método de pesquisa”. A exposição é consequência de uma pesquisa

p.31

anterior das “formas de desenvolvimento” e das “conexões” existentes entre elas.

Marx é o primeiro pesquisador a adotar, de forma sistemática, o *método dialético*. “Ao estudar uma determinada realidade objetiva, *analisa, metodicamente, os aspectos e os elementos contraditórios desta realidade* (considerando, portanto, todas as noções antagônicas então em curso, mas cujo teor ninguém ainda sabia discernir). Após ter distinguido os aspectos ou os elementos contraditórios, sem negligenciar as suas ligações, sem esquecer que se trata de uma realidade, Marx reencontra-a na sua unidade, isto é, no conjunto do seu movimento” (Lefèbvre, 1974:34).

Por “método de pesquisa” Marx entende uma “apropriação em pormenor” da realidade estudada: é a análise que colocará em evidência as relações internas, cada elemento em si.

Cada objeto de análise requer uma maneira específica de abordagem determinada pelo próprio objeto; cada período histórico possui suas próprias leis. Por isso a análise que se faz em filosofia não se empregará automaticamente a todas as outras ciências. A análise detalhada

de uma coisa ou fenômeno evidenciará as leis particulares que regem o início, o desenvolvimento e o término de cada coisa ou fenômeno.

Por “método de exposição”, Marx entende a reconstituição, a síntese do objeto ou fenômeno estudado, como um processo inverso, oposto ao primeiro de tal forma que o leitor imagina que o autor o construiu *a priori*. Na exposição o objeto revela-se gradativamente segundo as peculiaridades próprias.

Em relação à forma de exposição do processo de produção capitalista, Marx observa no Capítulo 1 do Livro III de *O capital*: “as formas do capital que vamos expor neste livro aproximam-no paulatinamente da forma sob a qual ele se manifesta na sociedade, na sua superfície, como se poderia dizer, na ação recíproca dos diversos capitais, na concorrência e na consciência comum dos próprios agentes de produção” (1972:30).

Através do método dialético o fenômeno ou coisa estudada deverá apresentar-se ao leitor de tal forma que ele o apreenda em sua totalidade. Para isso são necessárias aproximações sucessivas e cada vez mais abrangentes. Isso o tornará acessível.

p. 32

Na carta que Karl Marx escreveu de Londres, no dia 18 de março de 1873, ao cidadão francês Maurice La Châtre, ele insistia em que tornar sua obra “acessível à classe trabalhadora” era para ele “motivo que sobrepuja qualquer outro”. Entretanto, advertia logo a seguir que o seu método de análise e de exposição, “método que utilizei e que ainda não fora aplicado aos problemas econômicos”, não deixava de tornar a leitura “bastante árdua”. E concluía: “contra essa desvantagem nada posso fazer, a não ser, todavia, prevenir e acautelar os leitores ansiosos por verdade. Não existe estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que não temem enfrentar a canseira para galgá-los por veredas escarpadas” (Althusser et al., 1979:07).

Como observa Henri Lefèbvre (1974:35-36), antes de Marx muitos filósofos já haviam contribuído decisivamente para a formulação do método dialético, entre eles Descartes, Kant e Augusto Comte. Todavia, a todos eles escapara a importância da descoberta dos elementos contraditórios, da contradição: o positivo e o negativo, o proletariado e a burguesia, o ser e o não-ser. Hegel a descobriu e Marx a aprofundou.

A diferença, neste particular, entre Hegel e Marx, é que o primeiro define abstratamente a contradição geral da história e da natureza, considerando o movimento apenas como uma transformação lógica das idéias. Marx, ao contrário, “afirma que a idéia geral, o método, não dispensa a apreensão, em si mesmo, de cada objeto; o método proporciona apenas um guia, um quadro geral, uma orientação para o conhecimento de cada realidade. Em cada realidade, precisamos apreender suas contradições peculiares, o seu movimento peculiar (interno) a sua qualidade e as suas transformações bruscas; a forma (lógica) do método deve, pois, subordinar-se ao conteúdo, ao objeto, à matéria estudada; permite abordar, eficazmente, o seu estudo, captando o aspecto mais geral desta realidade, mas jamais substitui a pesquisa científica por uma construção abstrata” (idem:38).

Ao mesmo tempo em que avança a partir da crítica de Hegel, Marx opõe-se ao materialismo vulgar ou metafísico, principalmente a forma antidialética de filosofar de Ludwig Feuerbach, que não consegue considerar o mundo enquanto processo, enquanto matéria engajada num desenvolvimento incessante. O pen-

p. 33

samento de Feuerbach, que Marx em suas *Teses sobre Feuerbach* considera vulgar e mecanicista, está ainda presente hoje na concepção dogmática da dialética que leva ao sectarismo. O dogmatismo se satisfaz com idéias gerais, *slogans* mistificados em função dos quais esquematiza toda a realidade. Toda discussão, todo debate, toda crítica torna-se impossível. A dialética mistificada torna-se metafísica. Como diz Politzer: “o sectário raciocina como se ele próprio houvesse aprendido tudo de uma só vez. Esquece-se de que não

nascemos revolucionários; tornamo-nos revolucionários. Esquece-se de que ainda tem muito a aprender. Assim sendo, não deveria encolerizar-se muito mais consigo próprio do que com ‘os outros’? O verdadeiro revolucionário é aquele que, como dialético, cria as condições favoráveis ao advento do novo” (1979:56). Observe-se que Politzer escreveu isso em 1935.

Em nossos dias a dialética e o método dialético têm sido muitas vezes entronizados no mundo capitalista, reduzidos a produtos de consumo, onde pequenos grupos louvam suas virtudes revolucionárias. O método dialético não pode ser compreendido fora do conjunto do pensamento marxista: reduzido a fórmulas feitas, a esquemas apostilados; só poderá ir se esvaziando, gerando expectativas que não correspondem ao que ele é realmente. Como afirma Leandro Konder, “os princípios da dialética se prestam mal a qualquer codificação” (1981:60).

Apresentar o que poderia ser chamado de “regras práticas do método dialético” representa sempre um risco de simplificação. Entretanto, atendendo ao caráter didático do nosso estudo, assumimos esse risco e apresentamos um resumo dessas regras como aparecem em Henri Lefèbvre, em sua *Lógica formal, lógica dialética* (1975:241), lembrando tratar-se muito mais de uma orientação, de uma filosofia da pesquisa, do que de normas rígidas e definitivas.

Essas "regras práticas" são as seguintes:

- 1) Dirigir-se à própria coisa; por conseguinte, análise objetiva.
- 2) Apreender o conjunto das conexões internas da coisa, de seus aspectos; o desenvolvimento e o movimento da coisa.
- 3) Apreender os aspectos e momentos contraditórios; a coisa como totalidade e unidade dos contraditórios.

p.34

- 4) Analisar a luta, o conflito interno das contradições, o movimento, **a tendência** (o que tende a ser e o que tende a cair no nada).
- 5) Não esquecer de que tudo está ligado a tudo e que uma interação insignificante, negligenciável porque não essencial em determinado momento, pode tornar-se essencial num outro momento ou sob um outro aspecto.
- 6) Não esquecer de captar as transições; transições dos aspectos e contradições; passagens de uns nos outros, transições no devir.
- 7) Não esquecer de que o processo de aprofundamento do conhecimento - que vai do fenômeno à essência e da essência menos profunda à mais profunda - é infinito. Jamais estar satisfeito com o obtido.
- 8) Penetrar, portanto, mais fundo do que a simples coexistência observada; penetrar sempre mais profundamente na riqueza do conteúdo; apreender conexões e o movimento.
- 9) Em certas fases do próprio pensamento, este deverá se transformar, se superar: modificar ou rejeitar sua forma, remanejar seu conteúdo - retomar seus momentos superados, revê-los, repeti-los, mas apenas aparentemente; com o objetivo de

aprofundá-los mediante um passo atrás rumo às suas etapas anteriores e, por vezes, até mesmo rumo ao seu ponto de partida, etc.

E finaliza Henri Lefèbvre afirmando que “o método dialético, desse modo, revelar-se-á ao mesmo tempo rigoroso (já que se liga a princípios universais) e o mais fecundo (capaz de detectar todos os aspectos das coisas, incluindo os aspectos mediante os quais as coisas são ‘vulneráveis à ação’)”.

Dialética e verdade

Mas que garantia pode nos oferecer a dialética de que estamos no “caminho” certo para a verdade?

É o próprio Marx que nos alerta. Quando a dialética se torna “moda” e seus defensores a apresentam como solução para todos os problemas, mistificando-a, ignorando as condições concretas de cada coisa ou fenômeno, então o sectarismo pode tomar conta e destruir esse caminho. Marx não esconde, porém, que ela é “crítica e revolucionária”. “A dialética mistificada, afirma ele, tornou-se

p. 35

moda na Alemanha, porque parecia sublimar a situação existente. Mas, na sua forma racional, causa escândalo e horror à burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque, enfim, por nada se deixa impor, e é na sua essência, crítica e revolucionária” (1972:17).

Apesar de Marx engajar-se numa teoria que afirma ser “crítica e revolucionária”, as regras do método dialético, por si mesmas, não oferecem qualquer garantia para o conhecimento da verdade. Porque não há verdade objetiva. Só existem verdades. É o próprio Marx que nos diz que sua crítica da economia política representa “o ponto de vista do proletariado” como a economia clássica representa “o ponto de vista da burguesia”. Marx jamais escondeu a perspectiva de classe que orientou suas pesquisas. Marx considera sua ciência como revolucionária e proletária e, como tal, oposta (e superior) à ciência conservadora e burguesa dos economistas clássicos. O ‘corte’ entre Marx e seus predecessores é para ele um corte de classe no interior da história da ciência econômica” (Löwy, 1978:21). Numa sociedade de classes é impossível fazer ciência de forma imparcial, ciência neutra, “desengajada”.

A Dialética é também uma teoria engajada.

Mas será suficiente proclamar-se dialético para sustentar a luta do proletariado e para “produzir” ciência engajada na transformação da sociedade?

Gramsci, como Marx, alerta para uma nova mistificação da dialética que a reduz a “um processo de evolução reformista” (1968:253), referindo-se à tentativa de enfraquecimento da dialética como teoria das contradições. A filosofia de Marx jamais foi uma tentativa de resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade. O reformismo, eliminando a “luta dos opostos”, a antítese, reduz a história dos homens a uma série fragmentada de momentos, a uma evolução puramente quantitativa.

Será a dialética uma teoria particular da ciência e do conhecimento visando unicamente dar sustentação ao “projeto socialis-

p.36

ta” que com a sua realização tenderia a desaparecer? Ou, pelo contrário, seria ela um instrumento válido, acima de qualquer ideologia, para alcançar a verdade?

Essas questões foram amplamente discutidas dentro do marxismo. e a pergunta que se coloca é sempre a mesma: se a dialética representa o ponto de vista do proletariado - é “a teoria do conhecimento do proletariado” como afirma Ernest Mandel (1978:123) - como evitar, então, o relativismo? Como conciliar esse caráter “partidário” com o conhecimento “objetivo” da verdade? Como evitar aquilo que Michael Löwy chama de “noite relativista” onde todos os gatos são pardos, e acabamos por negar a possibilidade de um conhecimento objetivo? (1978:31).

Pergunta Löwy: por que Marx, Lênin, Gramsci, Mao Tse Tung e outros escolheram o ponto de vista do proletariado?

É ele mesmo que responde: “porque o proletariado, classe universal cujo interesse coincide com o da grande maioria e cuja finalidade é a abolição de toda dominação de classe, não é obrigado a ocultar o conteúdo histórico de sua luta; ele é, por conseguinte, a primeira classe revolucionária cuja ideologia tem a possibilidade objetiva de ser transparente” (idem:34). E conclui, duas páginas depois: “o ponto de vista do proletariado não é uma condição suficiente para o conhecimento da verdade objetiva, mas é o que oferece maior possibilidade de acesso a essa verdade. Isso porque a verdade é para o proletariado um meio de luta, uma arma indispensável para a revolução. As classes dominantes, a burguesia (e também os burocratas, num outro contexto) têm necessidade de mentiras para manter seu poder. O proletariado revolucionário tem necessidade de verdade...”

Caio Prado Júnior adverte o seu leitor de *Dialética do conhecimento* que para compreender a dialética é preciso pensar dialeticamente. Ao contrário, outro filósofo brasileiro, Gerd A. Borheim, afirma que “do ponto de vista histórico, considerada em sua gênese, a dialética é pertinente à metafísica” (1977:13). Borheim reivindica o direito de pensar a dialética metafisicamente e critica Engels que concebe a dialética através de “leis” e opõe diametralmente a metafísica e a dialética. Gramsci supera essa “polêmica” concebendo a dialética como uma “filosofia da práxis”, um novo modo de pensar e não uma velha técnica retórica que “só era útil para

p. 37

criar um conformismo cultural e uma linguagem de conversação entre literatos” (1968:77).

Essa concepção é que desponta para a América Latina como uma nova arma de luta, porque ela não polemiza, mas serve à elaboração do pensamento crítico e autocrítico e ao questionamento da realidade presente. Como diz o pensador iugoslavo Mihailo Markovic, o pensamento dialético serve para descobrir os limites e desmascarar “tudo o que procura deter o desenvolvimento” (1968:11).

A dialética, ao contrário da metafísica, é questionadora, contestadora. Exige constantemente o reexame da teoria e a crítica da prática. Se é verdade que a teoria nasce da prática e com ela caminha dialeticamente, tentando estabelecer “a devida relação entre o existente e o possível, entre o conhecimento do presente e a visão do futuro” (idem:13), o modo dialético de pensar encontrará, entre nós, entre os pensadores que se comprometerem com o ponto de vista do trabalhador, uma grande possibilidade de desenvolver-se e colocar-se, cada vez mais, a serviço daqueles que constroem a cultura mas dela não se beneficiam.

Isso nos leva a concluir que não existe nenhum critério de relevância (nem científico, nem social; nem teórico, nem prático) que possa determinar que um ponto de vista é relativamente mais válido do que outro. O que leva a definir o ponto de vista do caráter da ciência que produzimos é a opção de classe. Mesmo assim, essa opção não oferece nenhuma garantia de que estamos no caminho certo: o pesquisador deverá manter, por isso, uma crítica e uma autocrítica constante, uma dúvida levada à suspeita, e a humildade, de que tanto nos fala Paulo Freire, para reconhecer cotidianamente as limitações do pensamento e da teoria.

Conceber dialeticamente o mundo não garante uma atitude revolucionária ou progressista. Podemos distinguir uma concepção de esquerda de uma atitude de esquerda. No interior do pensamento marxista essa distinção parece clara. Certos desvios tornam o marxismo não um instrumento revolucionário, mas um instrumento conservador. Entre esses desvios está o chamado “marxismo acadêmico”, destituído de sentido revolucionário e servindo, muitas vezes, para exibir erudição: marxismo mecanicista, vulgar, reduzindo o social ao econômico e perdendo seu caráter de totalidade.

p.38

A crítica de Wagner Rossi a esse “marxismo desodorizado” é contundente: “Tal ‘esvaziamento’ do marxismo permitiu a alguns neo-ricardianos construir um discurso particular em teoria marxista enquanto agem como assessores do governo autoritário (o que não consideram incompatível, porque se consideram ‘técnicos’ tratando de questões ‘técnicas’). No seu economicismo, criam um feudo particular - a economia técnica - do qual querem excluir outros cientistas sociais e educadores, no caso destes sob a alegação de que deveriam se ater, apenas, ao desenvolvimento de metodologias educacionais, restringindo sua ação ao que esses economistas tecnocratas consideram ‘problemas educacionais’ (o que não deixa de ser uma expressão clara da concepção burguesa que têm de mundo, onde eles podem separar a ‘sua’ economia da totalidade do social, uma concepção que não pode ser, em nenhum sentido aceita como marxista)” (...). “Para esses ‘intelectuais’, conclui Rossi, a escola não pode ser capitalista e, seguindo a mesma linha de raciocínio, também o Estado se torna ‘neutro’, o que serve de justificação (ou consolo) para os excelentes serviços que eles lhe prestam” (1981:126).

Ao contrário, Marx e Engels jamais negaram a importância da totalidade do social e já na sua época reconheceram que alguns “discípulos” davam ao econômico mais importância do que realmente tinha; movidos pela polêmica que deveriam manter com os seus adversários, eles precisavam frisar o fundamental contra a ideologia burguesa, faltando-lhes tempo para evidenciar outras dimensões, como a superestrutura que, mais tarde, seria a principal preocupação de Gramsci.

A dialética opõe-se necessariamente ao dogmatismo, ao reducionismo, portanto é sempre aberta, inacabada, superando-se constantemente. Todo pensamento dogmático é antidialético. O “marxismo acadêmico”, reduzindo Marx a um código, transformando o seu pensamento em lei sem nada lhe acrescentar, é, por isso, antidialético. A crítica e a autocrítica, pelo contrário, são revolucionárias. É assim que devemos entender a advertência de Lênin de que “o marxismo é um guia para a ação e não um dogma”. Enquanto instrumento de análise, enquanto método de apropriação do concreto, a dialética pode ser entendida como crítica, crítica dos pressupostos, crítica das ideologias e visões de mundo, crítica de dogmas e preconceitos. A tarefa da dialética é essencialmente crítica.

Bibliografia citada

- ALTHUSSER, Louis et al. **Ler O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BORHEIM, Gerd A. **Dialética: Teoria, Práxis**. Porto Alegre: Globo, 1977.
- CLEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- ENGELS, Friedrich. **Dialética da Natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FOULQUIÉ, Paul. **A Dialética**. São Paulo: Europa-América, 1974.

- GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KONDER, Leandro. **O Que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LALANDE, André. **Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie**. Paris: PUF, 1960.
- LEFÈBVRE, Henri. **O Marxismo**. São Paulo: Difel, 1974.
- _____. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. **Cahiers Philosophiques**. Paris: Ed. Sociales, 1973.
- LÖWY, Michael. **Método Dialético e Teoria Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MANDEL, Ernest. **Introdução ao Marxismo**. Porto Alegre: Movimento, 1978.
- MAO TSÉTUNG. **A Filosofia de Mao Tsétung**. Belém: Boitempo, 1979.
- MARCOVIC, Mihailo. **Dialéctica de la Práxis**. Buenos Aires: Amorroutu, 1968.
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (6 vols.), 1972.
- _____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- _____. **Sociologia** (Octavio Ianni, org.). São Paulo: Ática, 1979.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- _____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977b.
- POLITZER, Georges et. al. **Princípios Fundamentais de Filosofia**. São Paulo: Hemus, 1970.
- PRADO Jr., Caio. **Dialética do Conhecimento**. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ROSSI, Wagner Gonçalves. **Pedagogia do Trabalho**. São Paulo: Moraes (2 vols.), 1978.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.